

Escola Moderna

N.º 2 • 6.ª série • 2014



Índice

7	
Editorial	<i>Sérgio Niza</i>
10	
Os direitos de participação das crianças: um estudo de caso no Jardim de Infância	<i>Marta Botelho de Almeida</i>
25	
O Diário como instrumento de apoio à formação	<i>Maria Eugénia de Jesus e Maria Ana Heitor</i>
29	
Formas escolares de relações sociais: para uma gramática comparada da aprendizagem na escola?	<i>Pascal Paulus</i>
54	
Produção escrita na apropriação do currículo	<i>Marina Lopes Cunha</i>
85	
Escrever em interação para construir a profissão	<i>Inácia Santana</i>
103	
Monitorizar o desvio etário e a eficácia dos apoios atribuídos para promover a equidade e o sucesso escolar	<i>Mário Mendes</i>
115	
Diferenciação pedagógica no pré-escolar: o caminho para a inclusão	<i>Manuela Guedes</i>
123	
Os livros são especiais para nós	<i>Noémia Peres</i>
130	
Desenvolvimento do trabalho em projetos	<i>Paula Figueiredo</i>
138	
Aprender a partir de um projeto em matemática	<i>Ana Cristina Silva</i>

150		
Escrever para aprender a língua: preocupações iniciais		<i>Francisco Valadão</i>
160		
Literatura em sala de aula, um desafio permanente		<i>Sónia Xavier</i>
166		
Processos de escrita		<i>Maria de Jesus R. Pinto G. Fernandes</i>
174		
A imperiosa necessidade de escrever e de partilhar na aula		<i>Marina Canuto</i>

Editorial

Sérgio Niza

Para celebrar Abril

Para celebrar Abril, decorridos 40 anos, impõe-se uma palavra de alegria, por termos podido vivê-los ensaiando a democracia como experiência de liberdade e de luta contra desigualdades sem nome. Mas também, o que pudemos viver como exercício de solidariedade e de afirmação dos valores de uma cidadania comprometida, substância mesma da democracia que cultivamos.

Hoje, porém, uma palavra de alegria convidamos a uma pausa de perplexa ponderação sobre o presente-futuro em que estamos aprisionados. Abril foi desde sempre, e também, uma promessa por cumprirmos. Que queremos fazer, então, dessa alegria como esperança?

Lembro, primeiro, como educadores profissionais que somos, os caminhos nem sempre dóceis, mas irrecusáveis, do nosso contentamento.

A taxa de escolarização, no que é hoje o 2.º ciclo, passou de esse abril de 1974 de 26 por cento de frequência para 95,4 em 2011. O 3.º ciclo de 17,8 para 92,3 por cento. O ensino secundário de então com 4,9 para os 72,5 dos anos 2011.

Foi assim. E em 2012 os resultados do PISA colocam Portugal nos valores médios da Europa. Disparamos de uma boa rede escolar, quase toda renovada. Os professores formam-se hoje com uma habilitação de nível pós-graduado (mestrado) e a escolaridade obrigatória dos alunos estende-se ao 12.º ano do ensino secundário, ou até aos 18 anos.

Para os que trabalhávamos na educação nesse Abril que agora recordamos, temos motivos de sobra para exaltar esse salto de passagem da Ditadura à Democracia. Vivemos, desde então, tempos raros de desenvolvimento educativo para os portugueses, como nunca no passado o havíamos conseguido realizar. Galgámos séculos de atraso.

Mas, no dizer de António Nóvoa, “ganhamos a batalha da presença, mas falta ganhar a da aprendi-

zagem” (J.L., 30/04/14). Satisfizemos o direito ao acesso acelerado das crianças e dos jovens à escolaridade com que nos comprometêramos pela Lei de Bases de 1986, mas o direito à frequência bem sucedida, desse longo e justo período de escolarização, foi um compromisso em que a escola falhou, apesar de tão gigantescos esforços.

É mais uma vez António Nóvoa que lembro: “Quando me perguntam para que serve um professor, respondo: para ensinar os alunos que não querem aprender”. E quem disse isso algum dia aos professores? Talvez cada um de nós o possa repetir a todos os outros, até que o direito ao sucesso nas escolas ajude a cumprir-se Abril.

Neste já longo Abril e com o galope do capitalismo financeiro a comandar e a usar os povos, só uma aliança de direita lhe poderia servir, com toda a complacência de muitos dos portugueses.

É assim que, nos últimos anos, desabou sobre nós a mais acentuada orientação doutrinária das políticas de educação, guiada pelos valores explícitos da economia de mercado: a meritocracia neoconservadora firmada nos anos 80 do século passado.

Com ela se reforçam todas as mitologias elitistas da tradição escolar do século XIX, onde o insucesso escolar e as vias alternativas e vocacionais (ou duais) secundarizantes garantem o sucesso desse sistema meritocrático que o Ministério da Educação e Ciência agora nos impõe.

Que nos trouxe ainda este governo de direita?

Um dirigismo obsessivo do Ministério acompanhado de uma retórica populista de promoção da autonomia que ninguém consegue enxergar.

Cada professor se sente, cada vez mais, objeto de vigilância sem limites. E para coroar tais políticas de policiamento, cria um regime de *docimocracia*, neologismo utilizado por Rui Grácio para definir

uma educação que faz do poderio exaustivo dos exames a espinha dorsal de toda a escolarização.

Tal regime é reforçado por dois outros instrumentos complementares para perversão do sistema educativo.

Por um lado passa-se a oferecer às escolas que consigam diminuir o abandono e assegurem mais sucesso uma percentagem superior de professores, como apoio distintivo do mérito, enquanto as escolas mais fragilizadas passarão a trabalhar sem os apoios reforçados de que precisavam – estas escolas de gente sem mérito.

Por outro lado estimula-se o florescimento exponencial do dispositivo bem antigo das explicações, agora sob feição empresarial e até multinacional, que chamamos de escola sombra. Como, porém, a escola sombra sempre se destinou ao consumo dos bem fadados, já nos podemos deparar com anúncios de peditório nos jornais diários, patrocinados pelo banco do estado. Pedem-nos um euro apenas, para que uma escola sombra para os pobres venha a despontar nas instituições particulares de solidariedade social – a presença das explicações de caridade para o sucesso escolar dos pobres.

Com efeito, metade dos alunos dos cursos científico-humanísticos recorrem a explicações até ao termo do 9.º ano, como pode ler-se no relatório da Direção-Geral da Educação *Os cursos científico-humanísticos e o alargamento da escolaridade obrigatória* (p. 39)

Enquanto 55% dos candidatos aos exames nacionais de acesso à universidade tiveram explicações entre o 10.º e o 12.º anos, segundo o relatório para a União Europeia de Mark Bray da Universidade de Hong Kong.

Agora, com as explicações para os pobres, nos lugares para os pobres, subirá a parada. Se a crise prosseguir, que haja alguém que tenha a coragem de obrigar os cidadãos estudantes a optarem por apenas um sistema: o da escola luz ou da escola sombra.

O que continua a ser intrigante é que uma escola precise sempre de uma outra oculta, em paralelo, para conseguir ensinar uma criança.

Não pretendo ser exaustivo na enumeração do que alguns governantes chamam de uma revolução da nova direita na educação.

Eles julgam mesmo ter mudado tudo, quando nessa regressão cristalizam os fantasmas com que sempre se debateram nos seus agitados pesadelos infantis.

Limitar-me-ei, porém, a lembrar mais três temas da revolução deles, por fazerem parte das minhas preocupações de sempre.

Um respeito à nova organização gerencial dos agrupamentos de escolas, com uma média de 1152 alunos por agrupamento, enquanto as normais escolas dos países da OCDE atingem apenas 546 alunos em média. Acresce que o regime patriarcal dessas monstruosas empresas nasceu e expandiu-se, esmagando as escolas e a sua identidade. Como a história da humanidade é estranha a estes senhores, todos poderemos vir a pagar caro com tais desmandos. Antes de tudo pagaremos com a suspensão da democracia no âmbito da educação, da formação para a honradez democrática, a da reciprocidade moral que lhes é estranha.

Outro, lembra o retrocesso operado nos regimes de formação de professores, reconcentrando-os mais ainda na crença de um maior domínio científico dos conteúdos académicos, continuando-se a desprezar os saberes da profissão e das práticas sociais da docência, expulsando assim a profissão da formação de professores.

A formação continuada, essa, está a caminho de um arremedo, um colecionismo de reciclagens académicas.

Por fim, a forma pouco séria como desenterraram aquilo a que eles e os empresários chamam (desde o Presidente da República aos Empresários pela Inclusão) de inclusão social. E nós, do MEM, que nos batemos desde sempre contra a exclusão educativa, isto é, social, não sabemos agora por que nos roubam tão descaradamente as palavras que nos serviam para devolver a esperança e reunir grupos sociais mais acolhedores e solidários na educação, isto é, mais inclusivos.

Aquilo a que chamam políticas públicas de educação especial, os discursos cautelosos de alguns dos nossos amigos, a recomendação do CNE e outras agitações recentes parecem referir-se a duas questões enganosas:

1) a aplicação “pelo primeiro país ocidental” (Relatório CNE, 2014, p. 16), Portugal, da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), da Organização Mundial de Saúde, por parte dos professores, com o silêncio da Ordem dos Médicos, perdeu a sua credibilidade para eleger as crianças e os jovens com “incapacidades permanentes” para poderem dispor de recursos humanos e materiais especiais e comple-

mentares. A rotina deixou escapar, para o âmbito da educação especial, muitos alunos que não tinham necessidade de ser classificados. Esse inflacionamento, dizem-nos, agora, terá de ser reparado. Deverá ser eliminado, dizemos nós, com o respetivo instrumento de classificação do campo médico, uma vez que o olhar educacional se deve recentrar no currículo educativo, como aprendemos desde meados do século passado, e não nas taxonomias da saúde.

2) A extensão da escolaridade obrigatória até aos 18 anos veio criar novas oportunidades ao mercado e às instituições supletivas de solidariedade, para que possam agora reaver, finalmente, os seus clientes, seguindo a melhor doutrina neo-

liberal do estado. Muitos dos cidadãos, com necessidades especiais, que por direito frequentam as escolas públicas, virão provavelmente a ter de utilizar esses serviços privados especializados, como via única ou como complemento da sua educação e formação. Assim retornaremos aos meados do século que passou. Este Abril que celebramos, 40 anos depois, pede mais do que um grito de protesto.

Neste tempo da decadência de Abril e da ocultação dos bens da democracia, teremos que lembrar, sem sossego, que é urgente democratizar a democracia. Com a educação, havemos de fazê-lo também, com um contributo forte de uma cultura democrática de educação que vimos construindo sem descanso.